

(RE)CONHECENDO O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO ECLÉTICO DE SANTO
ÂNGELO

*Adele Winsch Bones¹, Paula Fernanda Batista da Silva², Tanise Morais³, Tatiana Hochheim Pinheiro⁴

RESUMO

O Patrimônio Cultural Material brasileiro, através de seus bens imóveis, apresenta acervo dos mais ricos. Edificações distintas quanto aos estilos/usos, considerando a cronologia histórico-temporal, conforme o período de sua execução - Colonial, Império e República, todos significativos. Acompanhando tal cronologia (exceto nos primórdios coloniais – séc. XVI até meados do XVII) o Rio Grande do Sul, em todas suas regiões, também apresenta patrimônio construído de significância arquitetônica, histórica, artística e cultural, muito, em função das diferentes imigrações de colonizadores estabelecidas no Estado. O artigo, em seu recorte, aborda sobre o (re)conhecimento do patrimônio arquitetônico eclético do município de Santo Ângelo. Conhecer tal estilo, significa a apropriação por parte da sociedade civil, a partir do reconhecimento como patrimônio cultural material, considerando valores, identidade e memória, conceitos atrelados aos bens imóveis locais. O interesse em realizar o artigo, diz respeito a carência de documentação relativa ao tema. O acervo histórico e iconográfico encontrado nos diferentes espaços de pesquisa locais é incipiente, considerando a qualidade e o quantitativo de bens imóveis existentes, elencados no estilo arquitetônico a ser estudado/pesquisado. O artigo visa contribuir, efetivamente, na historiografia da arquitetura eclética santo-angelense, quanto à documentação, ferramenta fundamental na preservação de bens culturais. Esta documentação servirá de fonte de pesquisa para futuras ações, considerando diferentes autores, desde o meio acadêmico até nas esferas públicas– municipal, estadual e federal.

¹ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela URI, Santo Ângelo - adelewb@hotmail.com

² Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela URI, Santo Ângelo - paulafbs23@hotmail.com

³ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela URI, Santo Ângelo - tani_morais27@hotmail.com

⁴ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela URI, Santo Ângelo e formada em Desenho Industrial/Projeto de Produto pela UFSM - tatianahpinheiro@gmail.com

INTRODUÇÃO

As edificações que retratam o patrimônio cultural material apresentam-se como documentos históricos. Conforme as tipologias aos estilos e usos dos imóveis relacionados e à cronologia, através das diferentes imigrações em todas as regiões do Rio Grande do Sul. Arquiteturas tipológicas, estas, de uso e função variadas, desde a civil (residencial, comercial e mista), a oficial (palácios governamentais, edifícios públicos, institucionais e culturais), a religiosa (capelas, igrejas, conventos) e militar (fortificações).

O (re)conhecimento do Patrimônio Cultural- Material e Imaterial- na atualidade, no âmbito global, tem importância significativa na formação cidadã dos povos. A identidade, memória e valores atrelados ao tema, transforma a capacidade de compreensão/entendimento dos cidadãos, quanto à apropriação do espaço/local em que vive; possibilita, através deste (re)conhecimento do passado, no presente, ser repassado às gerações futuras como legado patrimonial edificado. Assim, preservar edificações de arquiteturas pretéritas, contribui de forma direta no ambiente construído, a partir de variáveis como: homogeneidade arquitetônica quanto à leitura do conjunto edificado, gabaritos, referências na paisagem urbana, conforto ambiental. Portanto, a autenticidade e integridade - conceitos importantes relacionados à arquitetura de estilos significativos anteriores ao presente- do bem imóvel mantêm-se, confirmando grau de caracterização elevado. A partir do uso destes edifícios, mesmo com novas funções, produz-se impacto reduzido ao meio ambiente, considerando dois aspectos: a demolição da arquitetura preexistente e a construção de novas edificações. Estas, para sua produção/execução, geram gasto de energia e matérias-primas, além do que novas edificações necessitam de um incremento quanto ao novo agenciamento e infraestrutura. Situação que, na atualidade, contrapõe-se ao tema mais discutido: sustentabilidade.

A cidade de Santo Ângelo apresenta exemplares significativos da arquitetura eclética. O município, a partir desse ano, passou a dispor de legislação específica quanto à organização e preservação do patrimônio edificado que, na sua evolução urbana, permanecem, ainda, na conformação/leitura tipológica do recorte proposto pelo artigo, como referências na paisagem. A nova legislação municipal irá contribuir, de maneira

significativa, para esclarecimento aos cidadãos, da relevância arquitetônica presente nas edificações da cidade, e principalmente, da proteção física desses imóveis, muitos dos quais, em processo de desaparecimento, uma vez que Santo Ângelo possuía apenas o inventário municipal como forma de segurança para sua preservação.

No inventário parcial estão presentes cerca de 116 imóveis que serviram de base essencial para reconhecer as edificações ecléticas de maior importância pertinentes ao município. Durante o artigo será exposto o trabalho de catalogação dos imóveis com seus registros fotográficos. A documentação/catalogação destes bens imóveis, além de somar ao inventário de edificações pretéritas existentes no município, contribui para organizar, (re)conhecer o acervo arquitetônico eclético e criar roteiros turísticos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Santo Ângelo está inserido entre os sete povos das Missões, integrantes de um conjunto urbanístico maior, os trinta povos, que se estruturaram e se desenvolveram durante o final do século XVII até meados do século XVIII (SCHALLENBERGER, 2006). Segundo NAGEL (1994) o povoado de Santo Ângelo Custódio, tornou-se por volta do ano de 1768, um dos povos mais prósperos de toda a região missioneira. A experiência Jesuítico-guarani durou até meados do século XVIII quando a disputa pelos territórios platinos impõe aos indígenas reduzidos por razões políticas e econômicas no ano de 1750 o Tratado de Madrid implicando na retirada das populações indígenas dos sete povos. Tal tratado não foi aceito pela grande maioria dos indígenas que habitavam o local, o que acaba por desencadear a Guerra Guaranítica, tendo como ápice a batalha de Caiboaté, que leva à derrota missioneira no ano de 1756 (GOLIN, 1999). Posterior a expulsão dos jesuítas do território, inicialmente denominado sete povos das missões, com o Tratado de Madrid em 1750, é decretado o fim de uma experiência nunca antes vivenciada na história. Sem o cuidado dos padres, o território chega ao século XIX com as estruturas decadentes e desprovidas de qualquer forma de cuidado administrativo (BAPTISTA; BAUER; PRESA; 2006).

A efetiva reocupação do espaço da antiga redução ocorreu por volta do ano de 1859 quando Antônio Manoel de Oliveira e Antônio Gomes Pinheiro Machado principiaram a ocupação do local, para fazer dele sede da paróquia da nova freguesia. Nesse período foi erguida a primeira casa nas proximidades da antiga igreja, reaproveitando as estruturas da Missão de Santo Ângelo Custódio.

O novo povoado, que surge também nas imediações da Praça Pinheiro Machado, é habitado por paulistas e açorianos (FINOKIET, 2007). Segundo Costa (2007) algumas correntes migratórias destacaram-se nesta fase inicial de formação do município, com forte influência na formação de seu espaço urbano, tais como a alemã e a italiana. Com o estabelecimento de sedes de regimentos militares, a cidade se desenvolveu e se expandiu para o norte. Os imigrantes alemães formaram um novo núcleo comercial a partir da Rua 25 de Julho por onde passava os trilhos do ramal ferroviário. A Estação Ferroviária foi inaugurada em 16 de outubro de 1921 marcando o desenvolvimento da cidade e incentivou a vinda dos imigrantes que residiam na zona norte da cidade (BRAATZ, 1979). Muitas indústrias se desenvolveram ao longo dos trilhos do trem em volta da Estação.

Na década de 1930, Santo Ângelo já possuía infraestrutura para prestação de serviços de água e esgoto. Esta década foi marcada pela expansão da atividade industrial no país, um momento chamado por muitos como “A Revolução Industrial no Brasil”. O município de Santo Ângelo também acompanhou esse processo, já nas duas primeiras décadas do século XX. Há registros de algumas fábricas, organizadas em sua maioria no âmbito familiar. Mas foi nas décadas 1930 e 1940, com a via férrea em pleno funcionamento, que surgiram no município, indústrias e fábricas que se tornariam referência e parte da memória e da história econômica do município (BRAATZ, 1979).

Hoje os exemplares do patrimônio arquitetônico eclético do município de Santo Ângelo fazem parte da história e da cultura local. Contudo, o patrimônio edificado corre sério risco de se perder em meio ao projeto desenvolvimentista que muitas cidades no Brasil têm adotado nos últimos anos, descaracterizando seu patrimônio arquitetônico em prol da verticalização urbana e da especulação imobiliária. Tais fatos tornam ainda mais relevante a implantação da legislação específica para o município, aprovada recentemente, mas que ao longo do tempo, se faz imprescindível se tratando da

preservação do seu patrimônio arquitetônico. Dessa forma, (re)conhecer este patrimônio é indispensável para a população da cidade, para que as histórias, a identidade e as memórias não se percam e principalmente essas expressões patrimoniais possam estar resguardadas não só pela legislação, por sua própria população. Assim, a educação patrimonial se faz importante e necessária, tendo em vista proporcionar a população de Santo Ângelo o (re)conhecimento das expressões do patrimônio arquitetônico eclético do município. Maria de Lourdes Parreiras Horta (1999), uma das autoras com significativa experiência nesta metodologia, explica que a educação patrimonial é instrumento de “alfabetização cultural”:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de [Re]conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 06).

O ecletismo no Rio Grande do Sul, iniciou em 1870 à 1931 nas cidades meridionais do Estado. Com a contribuição dos arquitetos imigrantes – alemães e italianos – que trouxeram para a região Sul do RS, as novidades técnicas modernas construtivas e materiais, como o ferro e o vidro. Feitos com mão de obra remunerada e especializada, podendo ser importados e exportados por navegação e a estrada de ferro.

A Revolução Industrial, mudando a forma de produção, antes artesanal, com a introdução de novos materiais, principalmente o ferro, e técnicas construtivas, têm papel fundamental na transformação da arquitetura e urbanismo e, conseqüentemente, no comportamento social (FABRIS, 1987). Santos (2009) aponta, na segunda metade do XIX, na França, duas correntes distintas na produção arquitetônica – a racionalista e a eclética; ambas utilizavam-se dos novos materiais e técnicas construtivas, frutos da industrialização. Elementos pré-fabricados em série moldados em ferro, compatibilizados com o vidro e, posteriormente, o concreto armado. Enquanto a primeira elimina os ornamentos, internos e externos, dando ênfase a função do edifício,

a corrente eclética tinha interesse na composição das fachadas, através de diferentes elementos ornamentais, empregados em épocas passadas.

No panorama histórico da arquitetura brasileira, esta, pode ser dividida em três períodos: Colonial, Imperial e Republicano. Sem desconsiderar os antecedentes coloniais, interessa para o estudo e pesquisa, o recorte desde o período imperial. Neste período, a partir da abertura dos portos em 1808, quando, desembarca a Corte portuguesa no Rio de Janeiro, o Brasil começa a receber influências diversas – na arquitetura e também nas artes (LEMOS, 1979; REIS FILHO, 2004; SANTOS, 1981). Influências principalmente da França, em função da chegada, em 1816, da Missão Francesa, com artistas de áreas diversas, da pintura à arquitetura. Chefiados por Joaquim Lebreton, na arquitetura o grande nome foi Auguste Henri Victor Grandjean de Montigny (LEMOS, 1979). Lemos (1979), Reis Filho (2004) e Santos (1981) mostram que, neste período, houve duas influências principais. Uma estilística, o Neoclassicismo, muito mais voltada ao Renascimento do que propriamente à Antiguidade Clássica; a outra, o Romantismo, como tendência de espírito, abrangendo variadas expressões formais. Ambas as influências fundem-se em meados do XIX, numa mistura de estilos e morfologia indefinida: o Ecletismo Internacional. Ainda, nesta mesma época, em função da navegação a vapor e do telégrafo submarino, o Brasil estreita os laços com o mundo, tendo como consequência o Ecletismo, com reflexo principalmente no segundo Reinado e período inicial da República.

As manifestações na arquitetura, conforme Patetta (1987), em função da diversidade de referências, têm dificuldade em organizar, classificar o Ecletismo. Propõe grupos onde as edificações tenham certa afinidade formal ou construtiva. Os grupos são denominados assim: o revivalismo; a composição estilística (imita formas que no passado, pertenciam a um estilo arquitetônico, as mais destacadas eram a neogípcias, neogregas e neogóticas. Liberdade de escolhas, sem regras.); o funcionalismo ou historicismo tipológico (representa os estilos gótico e romântico da Idade Média, nas novas igrejas; na Renascença, características palacianas e elegantes nos edifícios públicos; no Barroco era representado nos equipamentos de lazer; no Classicismo pesado do coríntio romano, representado nos edifícios do Parlamento, dos Museus e dos Ministérios. Busca a unidade estilística, com repertório definido.); os

pastiches compositivos (inventou estilos historicamente inaceitáveis, tornando-se, às vezes, uma aparência desagradável, por sua maior liberdade de composição escondendo em algumas obras, suas soluções estruturais avançadas das edificações.); o ecletismo de catálogo; a arquitetura do ferro.

Tal classificação será usada no projeto de pesquisa em desenvolvimento, considerando as edificações ecléticas existentes, como uma das formas de organizar a documentação estudada. Parte integrante do patrimônio cultural material, através de seus bens culturais imóveis, as edificações da arquitetura eclética, no Brasil e RS, constam nos estudos, pesquisas e projetos desenvolvidos tanto na esfera da gestão pública quanto no acadêmico (artigos, dissertações e/ou teses).

No terceiro setor as pesquisas e documentação ganham ênfase maior na arquitetura eclética. Na gestão pública do patrimônio cultural, tal acervo, integra principalmente inventários, mas de forma não organizada/sistematizada por estilos, tal como desenvolveu-se no município de Santo Ângelo, onde criou-se uma equipe multidisciplinar responsável por inventariar expressões do patrimônio englobando os mais distintos estilos. No meio acadêmico a pesquisa, relacionada ao projeto de pesquisa do GEPPArq (Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio Cultural e Arquitetura) apresenta trabalhos científicos com recortes de datação em artigos, dissertações e/ou teses e publicações. No que diz respeito a gestão pública, órgãos de proteção do patrimônio cultural – âmbito federal, estadual e municipal – atuam, primeiramente, em ações voltadas aos inventários de bens culturais imóveis, móveis e integrados.

Os inventários organizam o acervo patrimonial cultural material para executar ações de tombamento e intervenções. No âmbito federal, através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura (MinC), há o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG). No Estado do Rio Grande do Sul, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE), instituição vinculada à Secretaria de Estado da Cultura, tem como responsabilidade a preservação do patrimônio cultural do RS, no intuito de protegê-lo, baseado na Constituição Estadual e Federal (IPHAE, 2004). Também, como na esfera federal, o estado do RS possui inventário de bens imóveis, sem uma






classificação de estilo arquitetônico. Atualmente possui, através de dados de janeiro de 2015, cento e dezesseis (116) imóveis tombados. Santo Ângelo apresenta, nesta lista, apenas dois imóveis: a Capela Verzeri, com o tombamento datado em 23/03/2010 e a Antiga Estação Férrea– Atual Memorial Da Coluna Prestes, com tombamento datado em 16/07/2013.

No âmbito municipal, Santo Ângelo conta, recentemente, com inventário, que foi utilizado durante a pesquisa dos imóveis como base para escolher e reconhecer as edificações ecléticas, totalizando em 20 edificações, que foram catalogadas e estão sendo devidamente estudadas particularmente (Tabela 1):

Tabela 1- Edificações Catalogadas

Museu Municipal Dr José Olavo Machado	1870-1880		
Antiga Casa Reis Sabo	1880		
Casa Colonial 01	Início do século XX		
Casa Colonial 03	Início do século XX		

<p>Residência Francisco Ângelo Szeibacikauski</p>	<p>Início do século XX</p>		
<p>Antigo Bazar e Venda de Venceslau Ditz</p>	<p>1911</p>		
<p>Associação de Funcionários da CEEE</p>	<p>1914</p>		
<p>Prédio da Estação Férrea/ Memorial Coluna Prestes</p>	<p>1918</p>		
<p>Sobrado 1920</p>	<p>1920</p>		

<p>Conjunto Comercial Franke Casa</p>	<p>1920</p>	
<p>Hotel Brasil</p>	<p>1920</p>	
<p>Antigo Colégio Centenário</p>	<p>1920</p>	
<p>Igreja Metodista</p>	<p>1923</p>	
<p>Farmácia Licht</p>	<p>1924</p>	

<p>Casa de chá Frau Hintz</p>	<p>1925</p>	
<p>Antigo Sobrado Hotel Moderno</p>	<p>1925</p>	
<p>Prefeitura Municipal</p>	<p>1929</p>	
<p>Antigo Hotel Avenida</p>	<p>Década de 20</p>	
<p>Kempers Haus</p>	<p>1950</p>	

Imóvel Andradas 986	Rua	Início do século XX	
------------------------	-----	------------------------	--

A única organização, com recorte, referente ao estilo arquitetônico das edificações do município, encontra-se no trabalho de dissertação do arquiteto Rodrigo Fabrício Kerber, intitulado Santo Ângelo: A Firma – Ação da Modernidade na Arquitetura da Cidade, 1930-1945, de 2008.

Trabalhos na área, desenvolvidos em parceria com universidades podem ser citados: o núcleo regional do RS, em 1998, desenvolveu a documentação intitulada Arquitetura Modernista em Porto Alegre entre 1930 e 1945 de autoria do ilustríssimo Professor Gunther Weimer, à época, lecionando na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A Defesa Civil do Patrimônio Histórico (DEFENDER), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), desde maio de 2002, com sede em Cachoeira do Sul, RS, tem como finalidade estatutária, relacionada a questão da pesquisa, as seguintes ações: pesquisar, identificar, produzir e difundir ações que visem a preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Tais referências de estudos, pesquisas e projetos desenvolvidos em distintos âmbitos desde a gestão pública à acadêmica servem de estímulo para a produção do acervo documental referente ao artigo, desenvolvido dentro do projeto de pesquisa pelo GEPPArq. Assim, o artigo abre perspectivas para uma sistematização da documentação e dados existentes sobre a arquitetura eclética de Santo Ângelo, iniciando a organização do acervo arquitetônico do município, considerando, futuramente a partir da metodologia adotada outros estilos existentes, na cidade e região missioneira.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da pesquisa, o artigo apresenta a metodologia que abrange trabalho de investigação teórica e prática.

A parte teórica embasada na pesquisa do acervo documental histórico, iconográfico e bibliográfico, como fontes primárias. A partir deste levantamento será feita a sistematização de dados, considerando tipologia – civil ou oficial, cronologia/datação, hierarquia/evolução arquitetônica do edifício, no intuito de relacionar tais informações com a localização deste dentro do ambiente urbano, a fim de registrar como as construções foram sendo erigidas ao longo do desenvolvimento urbano de Santo Ângelo.

O trabalho prático engloba o estudo de cada edificação escolhida após levantamento do acervo histórico, iconográfico e bibliográfico, contemplando: levantamento fotográfico – comparando iconografia pesquisada com registros atuais – de todos os elementos constitutivos da edificação; levantamento físico arquitetônico – considerando o projeto primitivo e acréscimos; desenhos técnicos das obras escolhidas – a partir do levantamento físico arquitetônico constando plantas, cortes e fachadas; ficha técnica - constando dados sobre o executor da obra e proprietário (quando houver), localização, ano da obra, materiais, programa de necessidades, áreas dos ambientes, materiais empregados, setorização e orientação dos espaços; memorial – descrição do partido arquitetônico adotado, técnicas/sistemas construtivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por estar a pesquisa em desenvolvimento, este artigo, a partir da metodologia adotada vem ratificar o trabalho através de uma publicação que possibilite não apenas a comunidade científica e acadêmica de Santo Ângelo e região o conhecimento e o reconhecimento das expressões do patrimônio arquitetônico de estilo eclético no município, mas, sobretudo, a população local, estimulando-a a se apropriar destes espaços de história e memória. Dessa forma, além de proporcionar este conhecimento e reconhecimento também possibilita-se a criação de agentes multiplicadores da

importância destas expressões do patrimônio cultural da cidade. Santo Ângelo é uma cidade que acredita e se apresenta como turística, em função do seu passado vinculado ao período Jesuítico-Guarani. Assim, as expressões do patrimônio arquitetônico pós-reducional, entre elas os exemplares ecléticos, possuem um valor não apenas cultural, mas também econômico na medida em que podem se constituir roteiros de visitação turística na cidade. Também espera-se como resultado da pesquisa a divulgação do trabalho desenvolvido não apenas através da publicação, mas também em divulgar o trabalho realizado em escolas da educação básica do município, contribuindo através da educação patrimonial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAPTISTA, Jean; BAUER, Letícia; PRESA, Alejandra. *As Ruínas e seus personagens no século XIX*. Biblos, Rio Grande, 20: 179-193, 2006, p.180.

BRAATZ, Armindo. *História da Comunidade Evangélica Luterana Sião – Ano 50*. Santo Ângelo-RS. Gráfica Santo Ângelo LTDA. 1979.

COSTA, Juliana Schwindt da. Desenvolvimento socio-espacial de cidades de médio porte no Rio Grande do Sul: estudo de caso de Santo Ângelo (RS). *Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - UNISC*. Santa Cruz do Sul. 2007.

FABRIS, Annateresa (org.). *Eclétismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel/USP, 1987.

FINOKIET, Bedati Aparecida. *Santo Ângelo Custódio –300 Anos*. In: PIPPI, Gladis Maria;

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras Horta; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO – IPHAE. *Patrimônio Edificado: orientações para sua preservação*. Porto Alegre: Editora Corag, 2004. 115 p.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Arquitetura brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1979.

MÜLLER, Nelci (orgs.). *300 Anos da Redução Jesuítica de Santo Ângelo Custódio*. Santo Ângelo: Ediuri, 2007. GOLIN, Tau. *A guerra guaraníca*. 2. ed. Passo Fundo: EdiUPF, 1999.

NAGEL, Liane Maria. *A História de San Angel Custódio – redução de fronteira: no contexto dos Trinta Povos Guarani-Jesuíticos da região Platina*. Porto Alegre, 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

PATTETA, Luciano. *Considerações sobre o ecletismo na Europa*. In: FABRIS, Annateresa (Org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel/USP, 1987.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

SANTOS, Carlos Alberto Ávila. *Ecletismo na fronteira meridional do Brasil: 1870-1931*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo–Área de Conservação e Restauro) Universidade Federal da Bahia, 2007.

_____, *Construtores Italianos no Ecletismo Arquitetônico do Sul do Rio Grande Do Sul. Pelotas*. Anais do VIII Seminário de História da Arte, UFPEL de 14 a 16 de julho, 2009.

SANTOS, Paulo F. *Quatro séculos de arquitetura*. Rio de Janeiro: IAB, 1981.

SCHALLENBERGER, Erneldo. *O Guairá e o espaço missioneiro: índios e jesuítas no tempo das missões rio-platenses*. Cascavel: Coluna do Saber, 2006, p. 121.